



NOVIDADES LEGISLATIVAS



Nesta Edição:

- Câmara rejeita projeto que restringe o trânsito de resíduos sólidos entre estados e municípios;
- Câmara retoma debates sobre o Novo Código de Mineração;
- Realizada Audiência Pública para discutir o Programa de Proteção ao Emprego (MPV 680/2015);
- Câmara discute os rumos do sistema tributário nacional;

Câmara rejeita projeto que restringe o trânsito de resíduos sólidos entre estados e municípios

A Comissão de Constituição Justiça e Cidadania - CCJC - aprovou voto em separado do deputado Elmar Nascimento (DEM/BA) pela inconstitucionalidade do PL 4337 de 2012 e conseqüentemente por sua rejeição.

O projeto previa a proibição da movimentação de resíduos sólidos entre municípios e estados. Esta restrição comprometeria a implementação de aspectos fundamentais da Política Nacional de Resíduos Sólidos, como a implantação de sistemas de logística reversa de diversos materiais e a constituição de consórcios intermunicipais para a construção e gestão de aterros sanitários.

A posição do setor produtivo é de divergência ao projeto, e constou da Agenda Legislativa da Indústria 2014.

A matéria havia sido rejeitada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC, e com a rejeição, agora, pela CCJC será arquivada definitivamente.

Câmara retoma debates sobre o Novo Código de Mineração

A Comissão Especial de Mineração realizou audiência pública para debater o parecer preliminar apresentado pelo relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG). A reunião contou com a presença da representante da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), Olivia Tirello.



De acordo com Olívia, o seguimento de rochas ornamentais representa 8% do PIB do estado do Espírito Santo, onde quase todos os municípios tem alguma atividade relacionada à mineração.

Segundo a representante da FINDES, a mineração é fundamental para o Estado porquanto tem crescido e expandindo investimentos mesmo no momento em que o restante da economia se retrai.

A atividade de extração oferece as melhores vagas, empregando 150 mil pessoas direta ou indiretamente e, também, permite que as pessoas fixem residência em suas cidades de origem, o que favorece o crescimento integral do Estado.

Quanto ao texto apresentado preliminarmente, no que se refere aos minerais não metálicos, a proposta está adequada e, quando aprovada, permitirá maior desenvolvimento do setor.

Na mesma sessão foi aprovado requerimento, de autoria do Presidente, deputado Gabriel Guimarães (PT/MG), que "requer a realização de audiência pública para debater os investimentos a serem realizados no complexo de Salitre, para exploração da jazida de fosfato, localizada no Município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais".

Realizada Audiência Pública para discutir o Programa de Proteção ao Emprego (MPV 680/2015)

A Comissão Mista da MPV 680/2015 realizou hoje Audiência Pública para discutir o Programa de Proteção ao Emprego com o setor patronal.

A MPV 680/2015 dispõe que empresas em dificuldades econômico-financeiras poderão aderir ao Programa de Proteção ao Emprego, até o fim deste ano, através de uma negociação coletiva, conforme definir o Poder Executivo.

Com a adesão ao PPE, as empresas poderão reduzir até 30% da jornada dos trabalhadores, com redução proporcional do salário, que equivalerá a 50% da redução da jornada e não poderá exceder 65% do valor máximo do seguro desemprego (equivalente a R\$ 900,84).

Estiveram presentes representantes da CNI, CNC, CNT, FIESP, FIRJAN, SindiPeças, ANFAVEA, ANAMATRA, do MTE e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

- ✓ Os representantes patronais defenderam o Programa e sugeriram alguns pontos de aperfeiçoamento, como:
- ✓ a desburocratização;
- ✓ a exclusão da necessidade de liquidação de férias coletivas e banco de horas antes da adesão ao Programa;
- ✓ a permanência do PPE para atender momentos de crise;
- ✓ a valorização da negociação coletiva, sem sua submissão ao Governo;
- ✓ a necessidade de abrangência das Micro e Pequenas Empresas;
- ✓ a retirada da comprovação da regularidade fiscal para adesão ao Programa.

A CNI é favorável ao PPE que cria alternativas para manutenção dos empregos, facilitando também às empresas uma recuperação financeira em tempos de crise, sem oneração.



Contudo, o texto da MPV merece algumas melhorias, para que seja factível a realização do Programa:

- ✓ **as condições do acordo coletivo de trabalho deveriam vigorar exclusivamente durante o período a que se refere o acordo;**
- ✓ **a negociação coletiva deve ser reconhecida como meio de redução de jornada e redução de salários sem necessidade de sua submissão a uma autoridade que avaliará a pertinência dessa redução;**
- ✓ **proibir a dispensa sem justa causa durante o PPE e em período, ainda que curto, após sua vigência, pode impedir ajustes necessários para empresas que sofrem efeitos de crise;**
- ✓ **as hipóteses para a punição são genéricas e levam à situação de insegurança. Ademais, a obrigação de restituir o que foi recebido pelos trabalhadores e a multa de 100% sobre esses valores é demasiada;**
- ✓ **o empregador não deve fazer pagamentos a título de INSS e depósito do FGTS sobre uma parcela que não tem qualquer natureza salarial, qual seja, a complementação pecuniária paga pelo FAT.**

O relator, deputado Daniel Vilela (PDMB/GO), informou que deve apresentar o parecer na próxima semana.

Câmara discute os rumos do sistema tributário nacional

A Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados realizou audiência pública com José Alves Filho, Presidente da ADIAL Brasil, Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável.

O representante da ADIAL defendeu a manutenção, com alguns aprimoramentos, do ICMS, importante mecanismo de desenvolvimento regional que fomenta uma cultura industrial exportadora. No sentido de aprimorar o sistema tributário brasileiro o foco das medidas deve ser na reorganização e regularização das práticas de incentivos fiscais de ICMS através de:

- **Estipular teto máximo de 85% do ICMS para a concessão de incentivos fiscais;**
- **Determinar que estes 85% incluirão no seu conjunto incentivos e benefícios fiscais;**
- **Determinar que as taxas de concessão de incentivos fiscais sejam fixadas na razão inversamente proporcional ao tamanho do PIB Nominal dos 27 entes federativos;**
- **Estipular ciclo de vida longo para os incentivos fiscais;**

O Deputado Alexandre Baldy (PSDB/GO) também defendeu o mecanismo do ICMS. De acordo com ele o tributo é a única ferramenta a disposição dos governadores e os Fundos atrelados ao fim do ICMS não serão capazes de compensar a perda advinda do fim do imposto.

O Deputado Edinho Bez (PMDB/SC) ressaltou que, caso não haja vontade política por parte do Governo, a reforma tributária não passará, seja para manter o ICMS seja para substituí-lo por outro regime de tributação.